



GT03. Brasil não-metropolitano: temporalidades e espacialidades urbanas

A EXPANSÃO DA URBANIZAÇÃO A/EM ÁREAS NÃO METROPOLITANAS

Reflexões sobre os conceitos do campo urbano e da sociedade urbana.

Rainer Randolph
IPPUR / UFRJ
rainer.randolph@gmail.com

RESUMO: O presente texto pretende contribuir a problematizar a questão do avanço da urbanização para além das fronteiras de cidades e regiões metropolitanas. Ou, formulando de outra maneira: mostrar diferentes abordagens e perspectivas sobre essa urbanização que possam, talvez, contribuir a compreender as características da expansão da urbanização para para fora as chamadas áreas “não-metropolitanas”.

Palavras-chave: Métropole, áreas inter-metropolitanas, urbanização regional, campo urbano

1. INTRODUÇÃO

O presente texto pretende contribuir a problematizar a questão do avanço da urbanização para além das fronteiras de cidades e regiões metropolitanas. Ou, formulando de outra maneira: mostrar diferentes abordagens e perspectivas sobre essa urbanização que possam, talvez, contribuir a compreender as características da expansão da urbanização para para fora as chamadas áreas “não-metropolitanas”.

O próprio termo “não-metropolitano” é, conforme a sua definição na Inglaterra pela Local Government Association¹,

um termo deliberadamente impreciso, que abrange áreas de profunda rurais profundas, bem como o interior suburbano em torno das grandes cidades; zonas históricos inteiros e alianças emergentes entre locais com vínculos econômicos. Embora as cidades tenham características comuns importantes, o que distingue a outra metade da economia é sua extraordinária

¹ <https://www.local.gov.uk/sites/default/files/documents/definition-non-metropolit-fe9.pdf>

variedade.

Isto tem origem na própria diversidade que pode ser uma vantagem competitiva. Mas apresenta desafios particulares pela mistura de empresas, pelas áreas com uma densidade mais baixa de população, por uma rede mais difusa de transporte, por cidades mercantis, cinturões verdes e pequenas cidades, e por uma governança muitas vezes complexa. Para facilitar o crescimento o fornecimento de moradia e infraestrutura - de banda larga fixa e sem fio a transporte público - pode ser caro e difícil.

Em termos jurídicos o termo área não-metropolitana significa “uma área geográfica fora das áreas de planejamento metropolitano designadas”².

Vai se focar em investigações sobre formas de expansão urbana para periferias cujas bordas urbanas estão sendo constantemente redefinidas. Inscreve-se, assim, numa problemática que Bloch descreve da seguinte maneira:

à medida que as fronteiras urbanas avançam recentemente em várias direções, algo como frentes meteorológicas em movimento, torna-se mais urgente um melhor planejamento e gestão de crescimento e de expansão urbanos. (BLOCH 2016, p. 69; tradução nossa)

Com a finalidade a “lançar alguma luz” naquela deliberada imprecisão este ensaio vai concatenar duas reflexões e abordagens de dois autores; a saber, o conceito do “campo urbano” de John Friedmann e a perspectiva da “sociedade urbana”.

Tanto para Friedmann como Lefebvre a expansão de cidades/metrópoles com o avanço da urbanização são fenômenos característicos que apontam para a profundidade das transformações nas sociedades contemporâneas.

O caminho da argumentação passa, inicialmente, por uma rápida menção de processos o da expansão urbana/metropolitana como discutida numa ampla bibliografia³. Ao entrar no assunto mesmo no primeiro item, à base do texto sobre o “campo urbano” de Friedmann e Miller (1965) será discutida a oposição entre áreas metropolitanas e áreas inter-metropolitanas (como as chamam) onde os autores analisam as características dessa oposição nos Estados Unidos no período 1950/60 que tende desembocar numa transição para uma nova estruturação espacial, para uma sociedade urbanizada.

Em confronto com a apreciação da situação histórica de Friedmann e Miller, o

² <https://www.lawinsider.com/dictionary/3-nonmetropolitan-area-the-term>

³ um dos exemplos mais recentes deste discussão se encontra em Maia, Rodrigues, Silva (2020);

item seguinte será dedicado a uma primeira explicitação da abordagem conceitual de Lefebvre (1999) voltada para uma também “transição” da sociedade industrial a uma sociedade urbana. Numa apreciação das duas perspectivas vai se descobrir certas possibilidades de uma “complementação” entre as démarches, uma mais empírica e a outra mais conceitual.

No item seguinte volta-se a uma explicitação do conceito de “campos urbanos” (*urban fields*). de Friedmann e Miller (1965) que o entenderam como um novo padrão da cidade e o advento de uma nova ordem espacial especialmente com respeito a áreas inter-metropolitanas. No entanto, ao vincular a urbanização “inter-metropolitana” às “potencialidades” da situação nas metrópoles há o perigo de uma mera reprodução do padrão metropolitano nas formas de urbanização não-metropolitanas.

Por fim, será, numa primeira aproximação, aprofundado a discussão sobre o caráter regional que, de alguma forma já aparece no conceito do campo urbano, com o recurso a Soja (2015) que, em diferentes formas de “urbanização regional estendida”, destaca que

Nunca antes as abordagens regionais foram tão importantes na pesquisa urbana, e as ênfases urbanas foram tão influentes na teoria e no planejamento do desenvolvimento regional. Essa fusão cada vez maior do urbano e do regional na teoria, na análise empírica, no ativismo social, no planejamento e na política pública está criando muitos novos caminhos para a pesquisa crítica e comparativa inovadora. (SOJA 2015, p. 271).

2. A ENTÃO DIFERENCIAÇÃO (1965) ENTRE ÁREAS METROPOLITANAS E INTER-METROPOLITANAS em Friedmann e Miller e a possível emergência de uma outra ordem espacial nos EUA

Numa publicação de 1965 sobre a estrutura espacial da sociedade norte americana nas décadas de 1950 e 1960, Friedmann e Miller (1965) constatarem uma diferença entre a, então, atual e a herdada. É na estrutura contemporânea que há uma diferenciação entre duas formas de regiões: por um lado, as metropolitanas centrais e, por outro, as periferias entre as regiões metropolitanas.

As primeiras alcançaram níveis muito altos de desenvolvimento econômico e cultural às custas das segundas, deixando a periferia em um estado decadente. As tendências atuais e projetadas em tecnologia e gostos sugerem que um novo elemento de ordem espacial está surgindo - o *campo urbano* - que unificará o núcleo e a periferia em uma única matriz (FRIEDMANN, MILLER

1965, p. 312, destaque nosso).

Falam da insatisfação com o histórico conceito da cidade como já se depreende da seguinte citação de Max Weber (1958, p. 62):

A cidade moderna está perdendo sua estrutura externa e formal. Internamente, ela está em um estado de decadência, enquanto a nova comunidade representada pela nação cresce às suas custas. A era da cidade parece estar chegando ao fim.

Concordam com isto não apenas do ponto de vista sociológico, mas também da perspectiva de um planejador físico. Entre os vários conceitos que procuraram dar conta da escala expandida da vida urbana o termo da região metropolitana é um destes. Ele pretende redefinir a nova realidade ao expressar uma consciência a respeito dos padrões de interação em constante expansão em um mundo em urbanização.

Mesmo constructos modernos utópicas, como os apresentados por Clarence Stein e Frank Lloyd Wright, “enxergam a cidade como uma forma essencialmente ilimitada de assentamento humano, capaz de expansão infinita. No entanto, para dar conta de uma compreensão aprimorada daquilo que constitui a fundamental área ecológica de vida urbana, nenhum dos novos conceitos foi totalmente bem-sucedido” (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 312, tradução nossa).

Desta forma, dizem os autores, “os planejadores ficam em um dilema. ‘As tendências metropolitanas modernas’, escreveu a falecida Catherine Bauer Wurster, ‘destruíram o conceito tradicional de estrutura urbana, e não há uma nova imagem para tomar seu lugar’”.(FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 313) e chegam assim, ao procurar compreender a “escala ampliada da vida urbana”, a identificar um padrão de estrutura espacial nos EUA composto por áreas metropolitanas, por um lado, e a periferia inter-metropolitana, por outro.

E, é esta periferia inter-metropolitana que interesse no atual contexto.

Com exceção das partes pouco povoadas do interior dos Estados Unidos, a periferia inter-metropolitana inclui todas as áreas que se interpõem entre as regiões metropolitanas que são, por assim dizer, a imagem inversa da tendência de assentamento concentrado em larga escala que persiste neste país há mais de meio século. Como um espelho do diabo, grande parte dela desenvolveu um perfil socioeconômico que reflete perversamente o oposto da virilidade metropolitana. (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 313)

Os autores qualificam essas áreas inter-metropolitanas (“não-metropolitanas”) em

termos económicos, demográficos, sociológicos e políticos com referência à então realidade dos Estados Unidos. Economicamente são objeto de assistências federais de desenvolvimento por apresentarem uma renda abaixo do padrão de regiões urbanizadas e altas taxas de desemprego.

Demograficamente são caracterizadas pelo declínio continuo e de longo termo. Essa tendência

reflete o deslocamento de pessoas para as cidades, especialmente para as grandes concentrações metropolitanas. Embora as cidades menores da periferia tenham, até certo ponto, se beneficiado da migração, seus ganhos foram menores, em média, do que os de todas as áreas urbanas (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 313).

Em termos sociais, índices a respeito de educação e saúde são substancialmente menor de que em áreas metropolitanas o que vale também para a qualidade de serviços sociais. “A população remanescente frequentemente carece de liderança cívica e de esperança. Eles não conseguem compreender o escopo dos eventos que os atingiram nem são capazes de responder de forma criativa à nova situação” (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 313).

Politicamente, muitas áreas nestas zonas inter-metropolitanas perderam a capacidade de agir politicamente e formular duas demandas por ser fragmentadas, desorganizadas e sem influência económica efetiva. Nenhum dos programas públicos de desenvolvimento organizados “reconheceu adequadamente a relação entre os núcleos metropolitanos e suas periferias, de modo que sua escala, embora ambiciosa, foi ofuscada pela extensão dos problemas sociais e económicos da periferia” (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 313).

Como se poderia verificar em análises e avaliações semelhantes por autores brasileiros (LIMONAD 2007, RIBEIRO et ali 2011, FIRKOWSKI et ali 2018, LENCIONI 2017) a respeito de uma caracterização da situação parecida de metrópoles e de áreas “periféricas” no Brasil, este resultado tem como uma das suas origens a concentração de atividades populações perto de centros metropolitanos contíguos.

Para fins didáticos, incluímos aqui uma esquematização simplificada de certos critérios funcionais de áreas metropolitanas e não-metropolitanas, que, apesar de ser apenas superficial, indicam alguns elementos que uma discussão sobre o confronto metropolitano-não-metropolitano vai encontrar.

FIGURA 1 – Diferenças funcionais

Regiões/	metropolitanas	não-metropolitanas
----------	----------------	--------------------

Funções		
Tamanho e densidade populacional	geralmente maiores em termos de área territorial e têm densidades populacionais mais altas em comparação com os condados não metropolitanos; abrangem as principais áreas urbanas e seus subúrbios	cobrir áreas mais rurais ou menos densamente povoadas
Urbanização e infraestrutura	caracterizado por um nível mais elevado de urbanização, com cidades e vilas maiores, redes de transportes extensas e infra-estruturas desenvolvidas, como auto-estradas, aeroportos e sistemas de transportes públicos;	têm uma paisagem mais rural, com cidades mais pequenas e menos comodidades urbanas;
Serviços e facilidades	oferecem normalmente uma gama mais vasta de serviços e instalações devido à maior população e à natureza urbana das áreas que cobrem. Têm frequentemente sistemas de saúde bem desenvolvidos, instituições educativas, equipamentos culturais e uma gama mais vasta de serviços públicos;	podem ter uma gama de serviços mais limitada, com menos instalações de cuidados de saúde, opções educativas e instituições culturais;
Atividades econômicas	são frequentemente centros de atividade económica e comércio, acolhendo uma variedade de indústrias, sedes de empresas e oportunidades de emprego. Podem ter economias diversificadas com sectores como as finanças, a tecnologia, a indústria transformadora e o turismo;	podem depender mais de atividades agrícolas, da extração de recursos naturais ou de indústrias locais específicas.
Governança	podem ter sistemas de governação mais complexos, incluindo presidentes de câmara ou autoridades executivas diretamente eleitos;	podem ter algum conselho regional ou um conselho de comissários mais tradicional que super-visiona a governança local
Planejamento e desenvolvimento	tendem a ter estratégias de planejamento e desenvolvimento urbano mais abrangentes devido às complexidades de gerenciar o crescimento, a infraestrutura e as redes de transporte em áreas densamente povoadas.	podem se concentrar mais no desenvolvimento rural, na conservação e na preservação dos recursos naturais.

Elaboração próprio na base de REHMAT, Nabiha What are the functional differences between metropolitan and non-metropolitan counties?

No entanto, Friedmann e Miller (1965, p. 313) não se satisfazem com uma análise da situação contemporânea nos Estados Unidos, mas vão procurar diagnosticar mudanças para a próxima geração (da década de 1990 e adiante, pressupõe-se) ao prever que surgirá “uma nova escala de vida urbana que se estenderá muito além dos núcleos metropolitanos existentes e penetrará profundamente na periferia”. E, muito otimistamente⁴, apostam que as relações de dominância e dependência entre áreas metropolitanas e as periferias serão transcendidas porque:

⁴ um otimismo que relativizam na última parte do ensaio num item chamado de “Um desafio de urgência crescente”: “De fato, seria uma pena se nossa época não aproveitasse as grandes oportunidades que o dinamismo e as tensões de nossa sociedade estão criando para a construção de uma nova cultura urbana” FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 319).

Os centros estabelecidos mais antigos, juntamente com as periferias inter-metropolitanas que os envolvem, constituirão a nova unidade ecológica da sociedade pós-industrial dos Estados Unidos, que substituirá os conceitos tradicionais de cidade e metrópole. Esse elemento básico da ordem espacial emergente será chamado de *campo urbano*. (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 313)⁵

3. A IMPLOÇÃO/EXPLOÇÃO DAS CIDADES, A SOCIEDADE URBANA E SUA ORDEM ESPACIAL VIRTUAL em Lefebvre

Nas suas reflexões em fins da década de 1960 e início de 1970 nos livros sobre “o direito à cidade”, o primeiro, e sobre “a revolução urbana”, o segundo, Lefebvre não parte de considerações de uma estrutura espacial cindida em centro e periferia de uma forma como está implícitos na discussão de Friedmann e Miller.

De outra forma, a respeito de alguma “estrutura espacial”, Lefebvre (2008, p. 136, publicado no original em 1972) parte da constatação num envolvimento de um nível elementar e um nível mais elevado como níveis sucessivos.

No nível elementar (micro), as unidades de produção e as áreas de consumo mantêm sua importância. No nível mais elevado, há o mercado mundial (o espaço planetário) com seus componentes mais próximos, os países (caracterizadas por uma composição orgânica do capital). (LEFEBVRE 2008, p. 136)

E, como segue, *entre ambos, existem as cidades e as grandes zonas urbanas* que desempenham um papel cada vez mais considerável sob todos os pontos de vistas, e seus problemas tornam-se essenciais. Tanto em relação às forças produtivas quanto aos problemas políticos os espaços urbanos têm uma importância decisiva.

Percebe-se, apesar da diferença significativa em relação à perspectiva de Friedmann e Miller, uma certa “proximidade” referente à questão da importância de espaço urbanos e cidades. Essa diferença se expressa, inclusive, na avaliação de Lefebvre de dificuldades dos Estados Unidos (aqui em 1972) que decorrem em grande parte das cidades: “incontroláveis, insuportáveis, ingovernáveis. ‘Salvar as cidades!’ torna-se a palavra de ordem política, cada vez mais reivindicada pelos dois partidos em presença, cada qual pretendendo fornecer os meios e estratégias da salvação (LEFEBVRE 2008, p. 136 s). Problemas que, na sua opinião, são certamente insolúveis no quadro social e

⁵ vide também o debate sobre contra urbanização (*counterurbanization*) nas décadas de 1960 e 1970 por Brian J.L. Berry (1976) e Tony Champion (2001, p. 143) que se refere a “décadas de mudanças onde emergiram a “urbanização” que predominou na década de 1950 e a “suburbanização” se acelerou na década de 1960, com a década de 1970 emergindo como a “década da contraurbanização”; vide Langenbruch (1999) com uma revisão da bibliografia;

político atual, nas relações de produção existentes.

Portanto, para Lefebvre, o processo da expansão da cidade e a ampliação da urbanização precisa ser visto numa perspectiva dialética de uma articulação/oposição/contradição entre forças de implosão e explosão que agem em cidades capitalistas (RANDOLPH, 2021). Para indicar o processo histórico de mudanças da grande cidade caracteriza implosão/explosão como um movimento de

enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc.) (LEFEBVRE 1999, p. 26).

Movimento que, ao mesmo tempo, amplifica e estiliza a realidade que “perde os traços que a época anterior lhe atribuía: totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais” (LEFEBVRE 1999, p. 26). E interessante notar aqui como no caso da concepção de Friedmann e Miller, a nova ordem seria o resultado de uma urbanização ampliada e a “aproximação” entre metrópoles e periferias inter-metropolitanas, sob a dominação metropolitana, mas onde a periferia supera sua situação por meio do surgimento de campos urbanos (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 313).

Lefebvre poderia entender este processo, dialeticamente, como superação de formas anteriores pelas subsequentes, sem negá-las integralmente. Assim, cada nova forma da cidade, da política à mercantil e à industrial, se torna hegemônica em relação às anteriores.

Investigações e reflexões como as de Soja (2000) e de outros autores sugerem que esses processos de implosão/explosão possam colocar a dominância da metrópole em questão e fazer surgir, como também Friedmann apontou, uma nova forma urbana na fronteira do desenvolvimento das cidades contemporâneas (ALMEIDA, MONTE-MOR, AMARAL 2017, p. 331).

Lefebvre vê essa “nova forma” na

urbanização completa da sociedade. Hipótese que posteriormente ser sustentado por argumentos, apoiada em fatos. Esta hipótese implica numa definição. Denominaremos a “sociedade urbana” a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real (LEFEBVRE 1999, p. 15, destaque do autor)

Nessa sociedade urbana surgiria uma nova expressão do urbano que não

extinguiria as expressões anteriores, mas as submeteria ao seu domínio e apareceria como um espaço onde “cada lugar e cada momento não existia senão em conjunto, pelos contrastes e oposições que o vinculam aos outros lugares e momentos, distinguindo-o” (LEFEBVRE 1999, p. 45)

Para ele, a expressão “sociedade urbana” atende a uma necessidade teórica. Se refere menos a qualquer realidade predestinada, mas a tendências, orientações e virtualidades. É uma elaboração, uma busca, uma formulação conceitual. Um movimento do pensamento em direção a um determinado concreto, que talvez nesta direção ao concreto, assuma forma e detalhe. Esse movimento, se for verdadeiro, levará a uma prática, prática urbana, compreendida de forma definitiva ou nova.

Mas não existe receita empírica para fabricar esse produto, essa realidade urbana. Não é isso o que tantas vezes esperamos do "urbanismo" e o que os "urbanistas" tantas vezes prometem? Ao contrário de um empirismo repleto de fatos, com suas extrapolações arriscadas e fragmentos de conhecimento indigesto, podemos construir uma teoria a partir de uma hipótese teórica. O desenvolvimento de tal teoria está associado a uma metodologia. (LEFEBVRE 1988, Edição do Kindle, tradução nossa)

Assim, a sociedade urbana (realidade urbana) pode ser entendida como hipótese teórica e objeto virtual que não está desvinculada de determinadas práticas sociais em cidades.

Ao se lembrar da “nova ordem emergente” de Friedmann e Miller, poder-se-ia até identificar aqui certas “proximidades” entre essa e a sociedade urbana de Lefebvre.

Apesar de pressupor alguma forma geral, não se pode negligenciar que o surgimento da sociedade urbana e as modalidades de urbanização dependem, historicamente, das características da sociedade industrial preexistente (neoliberalista ou socialista, pleno crescimento econômico ou intensa automação).

Como Lefebvre aponta em suas obras sobre cidade, urbano, centro e centralidade (e periferia), o caminho para a “urbanização completa da sociedade”, a realidade *urbana*, se torna um grande desafio porque, é impossível deixar de defender teoricamente a concentração com seus riscos de saturação, de desordem, por um lado e suas oportunidades de encontros, de informações, de convergências. O centro só pode ser disperso em centralidades parciais e móveis (poli-centralidade) cujas relações concretas são determinadas circunstancialmente. Alerta que assim o risco é de defender estruturas de decisão, centros de poder onde os elementos de riqueza e poder se concentram

maciçamente. Neste caminho, o urbano, como novo campo ainda desconhecido e muito pouco compreendido, teria que suceder ao culto do Estado e ao fetichismo de produção que é o de dinheiro e mercadoria.

Durante este novo período, o que antes foi aceito como absoluto aí ser relativizado: razão, história, estado, humanidade.

O pensamento urbano (não o urbanismo), ou seja, o reflexo da sociedade urbana, reúne os dados que foram estabelecidos e separados pela história. Sua fonte, sua origem, seu reduto, não está mais dentro da empresa. Não pode deixar de assumir do ponto de vista do encontro, da simultaneidade, da montagem, as especificidades da forma urbana. Desse modo, redescobre a comunidade e a cidade, mas em um nível superior, em outra escala e após sua fragmentação (negação). Recupera os conceitos-chave de uma realidade anterior e os restaura em um contexto ampliado: formas, funções, estruturas urbanas. (LEFEBVRE 1988, Edição do Kindle, tradução nossa)

Segue, então. que essa sociedade urbana seria “constituído por um espaço-tempo renovado, uma topologia distinta do espaço-tempo agrário (cíclico e justapondo particularidades locais) e industrial (tendendo à homogeneidade, a uma unidade racional e planejada de restrições)” (LEFEBVRE 1988, Edição do Kindle, tradução nossa).

4. CAMPOS URBANOS EM ÁREAS INTER-METROPOLITANAS NA SOCIEDADE URBANA

Seja por estes elementos, apontados por Lefebvre, de uma transformação da sociedade industrial em uma sociedade urbana com alguma articulação renovada com seu espaço-tempo agrário e industrial; ou seja pela referências a heterogeneidade e homogeneidade na perspectiva de uma sociedade/espaço de Friedmann e Miller, é possível fazer uma ponte entre suas perspectivas. Pois, neles a ampliação (extensão) da urbanização a partir do metropolitano (que contem o industrial) para a periferia inter-(não)metropoliana (que contem o agrário) estabelecerá uma ordem diferente ao produzir alguma “homogeneização” entre heterogeneidades.

Em outras palavras, as análises e concepções de Friedmann/Miller e Lefebvre têm uma coisa em comum: *a sociedade industrial (capitalista) seria superada por uma sociedade “urbana”*. Os dois (três) autores pressupuseram, dentro de contextos históricos e territoriais específicos e a partir de perspectivas diferentes, uma nova organização territorial a partir de e com diferentes formas de urbanização.

Seja na base de uma “unificação” da metrópole com as periferias inter (não)-

metropolitanas, Friedmann/Miller falam mesmo que os Estados Unidos estão se tornando uma *sociedade urbanizada* - “talvez a primeira sociedade deste tipo na história” (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 314). Ou seja que Lefebvre indica uma “virtualidade” da sociedade urbana a partir da implosão/explosão metropolitana.

Sem entrar em maiores detalhes de uma discussão a respeito da perspectiva lefebvriana do processo desta transição – vide autores como Monte-Mor (1994, 2006), RANDOLPH (2020) e outros –, a já mencionada proposta de Friedmann e Miller dos “campos urbanos” será aqui aprofundada pois poderia, essa é nossa hipótese, abrir uma linha de investigação sobre a natureza das várias formas de urbanização *fora das metrópoles*, bem como suas estruturas espaciais, econômicas e políticas globais (BLOCH 2016, p. 65) sem ter a necessidade de particularizar determinadas formas delas (cidades pequenas, médias, polos regionais etc.)

Repetimos: “O elemento básico da ordem espacial emergente vamos chamar o *campo urbano*” (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 313). Para (muito) além dos limites das áreas metropolitanas existentes, definidas principalmente em termos do deslocamento de uma cidade central de tamanho “metropolitano, o campo urbano deve ser visto com uma ampliação do espaço da vida urbana que se estende para a paisagem aberta da periferia (inter-metropolitana).

Essa mudança para uma escala maior de vida urbana já está em andamento, incentivada por mudanças na tecnologia, na economia e no comportamento social preferido. Eventualmente, o campo urbano pode até vir a ser reconhecido como uma comunidade de interesses compartilhados, embora esses interesses possam ser mais fortemente orientados para funções específicas do que para a área. Eles serão compartilhados porque, em grande parte, se sobreporão e se complementarão dentro de uma matriz de localização específica.

Na concepção dos autores, à medida que esses campos urbanos poderão ser grande – com populações até um milhão de pessoas - a sua vida social e cultural formarão um rico e variado padrão que será capaz de satisfazer a maior parte das aspirações humanas dentro de uma configuração local. (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 313 s). Ou seja, na sua concepção um campo não está caracterizada por determinados tipos (tamanhos) de cidades (áreas urbanas), mas deve ser compreendido mais como uma região sob domínio urbano.

Eles julgam impossível considerar a cidade como mero artefacto, entidade política

ou mesmo uma configuração de densidades populacionais. Essas concepções são ultrapassadas e remetem a uma época em que era possível traçar uma linha divisória nítida entre cidade e campo, homem rural e urbano. "A visão correspondente da cidade não é mais de uma entidade física, mas de um padrão de localizações pontuais e fluxos de conexão de pessoas, informações, dinheiro e mercadorias" (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 314).

Como condições para uma aplicação da ideia e da definição de campos urbanos na época⁶ os autores determinaram determinados critérios limites para sua delimitação que não tem muita relevância para o atual estudo, (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 314). Mais tarde, neste artigo, os autores realizam uma série de análises e diagnósticos empíricos da situação nos EUA naquela época a respeito de forças que estão subjacentes ao surgimento de domínios urbanos, a continuidade da concentração demográfica em campos urbanos e até sobre a emergência de estilos de vida dos campos urbanos.

Ao projetar a perspectiva para o futuro, o campo urbano será uma região muito menos focada do que a área metropolitana hoje.

.A atual predominância do núcleo metropolitano será atenuada à medida que as atividades econômicas forem descentralizadas para cidades menores dentro do campo ou para o campo aberto, mas como a proximidade continuará sendo responsável por grande parte da interação local, *o campo urbano será uma região coerente*. (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 315).

Metodologicamente falando, os autores sugerem que a definição dessa região no mapa deve ter como principal critério "que as relações de troca dentro de cada área sejam mais intensas do que entre elas, durante um ano inteiro". (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 315). Isto é, apesar da dispersão em maior escala do campo urbano, ele mantém sua coesão (KRAKOVER 1980, p.36).

Como as relações funcionais entre diferentes sub-áreas podem variar sazonalmente, é importante medir e fazer o cálculo em uma base anual e não num momento isolado. Na verdade, os autores aplicaram este termo dos campos urbanos também para articulações que tem um metrôpole do seu centro, mas urbana se espalha por uma sem precedentes grande área (um círculo com um raio de 100 milhas). Mas, apesar da grande escala, deve ser considerada como uma unidade, combinando áreas urbanas até então definidas separadamente e seus mercados rurais (FRIEDMANN,

⁶ representada no mapa 3 "urban field" na página 314

MILLER 1965, p. 315).

Conforme Krakover (1980, p. 35), essa expansão da esfera urbana sugeriu aos autores que as forças responsáveis poderiam mesmo resolver diferentes problemas na periferia.

Concordando ou não com esta percepção ampliada do urbano campo, Krakover (1980, p. 36 s) argumenta que estatísticas sobre a desconcentração de áreas metropolitanas corroboram com esta ideia e pareciam mostrar uma tendência para uma extinção de diferenças entre núcleo urbano e a periferia em processos de urbanização⁷.

Para isto, os campos urbanos devem prover um novo estilo de vida que se daria pela incorporação da periferia no reino do urbano, como dizem Friedmann e Miller (1965, p. 316 s). Os autores apostaram para isto numa “força centrífuga” das periferias a partir da sua atratividade aumentada para populações metropolitanas.

Tem espaço, tem paisagens e contém comunidades remanescentes de períodos anteriores de assentamento que preservam uma certa integridade e interesse histórico. A demanda por esses recursos será gerada por três tendências principais: aumento da renda real, aumento do lazer e aumento da mobilidade.

Realizam, a partir daí, uma breve discussão de alguns dados sobre renda, tempo de trabalho, lazer e um possível aumento da riqueza para e que sugerir seu impacto cumulativo. “Se os padrões atuais de consumo servirem de guia, podemos esperar que uma boa parte dessa nova riqueza seja dedicada à compra de espaço, privacidade, viagens, educação, cultura e várias formas de lazer recreativo” (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 315). Outros fatores como o transporte, a mobilidade, o avanço das tecnologias de informação e comunicação podem contribuir para fortalecer a atratividade das áreas fora das metrópoles.

Eles até chegaram até uma lista de itens de usos da periferia inter-metropoliana que contem os seguintes categorias e uma série de subcategorias para cada uma: *Lazer* (como camping, paques, florestas, áreas selvagens, santuários naturais, resorts, áreas de esporte a ar livre, retiros espirituais), *instituições* (escolas, colégios, etc.), *comunidades* (comunidades de férias e de aposentados, colonias de arte , segunda residência etc.), *atividades econômicas* (agro-business e outros setores de atividades econômicas).

⁷ não vai ser possível observar este processo no caso brasileiro. Recomende-se para este assunto a investigação de Limonad (2007)

Percebe-se que, em tendência, a extinção das metrópoles não está vinculada à sua superação; ao contrário, parece tratar-se da extinção da área não-metropolitana como periférica o que acabaria com a distinção entre as duas áreas. Ou seja, por meio dos campos urbanos nas periferias inter-metropolitanas se alcançaria a total urbanização da sociedade; ou seja, os autores apresentam aqui uma utopia da *sociedade urbana*.

E, como afirmam: “A incorporação projetada da periferia na esfera urbana será acompanhada por mudanças significativas nos padrões de vida americanos. De modo geral, esperamos que essas mudanças sejam avaliadas favoravelmente” (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 316).

Não é aqui o lugar de se posicionar a respeito dessa “utopia metropolitana” que parece apostar na universalização da sua ordem. No final do próprio texto os autores chamam atenção que há o perigo desta “utopia” virar uma “distopia”. Ao reconhecer que depende do que vai ser feito das grandes oportunidades que apontaram, eles admitem:

Elas poderiam muito bem terminar na profanação da paisagem urbana, em uma falta de forma cinzenta, na espoliação de recursos. Em vez de projetar um ambiente para uma vida exuberante, poderíamos concordar com o desgaste gradual da vida ao deixar de tomar as medidas adequadas agora. O padrão do campo urbano não será facilmente percebido pelos olhos e será difícil racionalizar em termos de uma geometria euclidiana. (FRIEDMANN, MILLER 1965, p. 319)

5. A URBANIZAÇÃO REGIONAL EXTENSIVA EM ÁREAS NÃO-METROPOLITANAS. Observações finais

Ao investigar a sociedade norte-americana em um determinado momento e procurar encontrar certas “potencialidades” para suas futuras transformações, Friedmann e Miller conseguiram com o conceito do “campo urbano” apontar para um projeto que acabamos, de maneira diferente, entrar no de “sociedade urbana” de Lefebvre. Parece-nos o mérito da abordagem de Friedmann e Miller que centraram sua discussão na dicotomia ou oposição entre áreas metropolitanas e áreas inter-(não) metropolitanas. Uma possível dialética parece não ter sido reconhecida pelos dois: a oposição entre urbano e “não-urbano” (em última instância – o espaço na periferia é não urbano) está resolvido pela absorção/anulação numa sociedade urbana (no conceito dos autores); não na sua superação.

Uma superação (dialética) do “não-urbano” da área inter-metropolitana exigiria

uma urbanização que não meramente se basearia naquela metropolitana. A existência ou não dessa possibilidade é uma das questões que já abordamos em trabalhos anteriores a respeito da influência metropolitana em áreas mais próximas a elas (RANDOLPH 2012) onde até os elementos mencionados por Friedmann e Miller foram contemplados.

Haveria, para levar essas investigações adiante, de se apropriar o caráter regional do conceito do campo urbano que está mais relacionado tanto a coesão, concentração das trocas no seu interior, unidade ecológica, como ao padrão rico e variado da vida social e cultural do que à sua funcionalidade econômica.

Entendemos que, neste sentido, a reflexão de Soja (2015) sobre a região urbana e “urbanização regional” segue o mesmo caminho e raciocínio de Friedmann e Miller que, por sua vez, como mostramos, se articula com a discussão da sociedade urbana de Lefebvre. É Soja que já no resumo do seu artigo “ênfatiza o regional” (Título: *accentuate the regional*) ao apontar que

estamos testemunhando um período sem precedentes em que o urbano e o regional, antes bastante distintos um do outro, estão se misturando para definir algo novo e diferente. Nunca antes as abordagens regionais foram tão importantes na pesquisa urbana e as ênfases urbanas foram tão influentes na teoria e no planejamento do desenvolvimento regional (SOJA 2015, p. 372).

Quer sinalizar que não se trata de da extensão de uma moderna ou pós-moderna metrópoles, mas da entrada numa “nova era urbana”, mas de uma virada de época na natureza da virada e no processo de urbanização – vide os autores antes citados; é uma era urbana nitidamente regionalizada; e foi isto que Friedmann e Miller já propuseram exatos 50 anos.

Essa crescente inter-mistura de conceitos urbanos e regionais é a base o que Soja (2015, p. 375) descreve como “urbanização regional”. À medida que este conceito abre muitas arenas alternativas para a pesquisa urbano-regional (regional-urbana?) “grande parte da teoria urbana e regional tradicional está sendo destruída”.

Dentro das áreas metropolitanas, por exemplo, a urbanização regional está apagando a fronteira, antes facilmente identificável, entre o urbano e o suburbano e, como sugere uma nova literatura, entre o urbano e o rural, a cidade e o campo. À medida que as “cidades externas” tomam forma por meio de um processo complexo de descentralização e recentralização, uma nova “cidade interna” também está surgindo, criando novos desafios para o planejamento urbano e a formulação de políticas. Muitos centros urbanos foram despojados de suas populações domésticas

e parcialmente preenchidos com residências do tipo suburbano, enquanto algumas áreas internas da cidade atraíram um grande número de migrantes de quase todos os países do mundo (SOJA 2015, p. 374)

Ainda em termos da metrópole, aconteceu, ao mesmo tempo, uma crescente urbanização periférica na medida em que um desenvolvimento de alta densidade cobre o que antes era um subúrbio de baixa densidade em expansão. Isto da origem a uma mistura de termos entre urbano, periurbano, suburbano etc. É necessário, como diz, “repensar o modelo dual rígido da metrópole e reconhecer a mudança paradigmática que está ocorrendo de um modelo metropolitano para um modelo regional de urbanização” (SOJA 2015, p. 376)

No entanto, mais interessante para o presente texto, surgiu uma “outra coleção de termos novos e conceitos .. do que pode ser chamado de *urbanização regional estendida*, que se expande além dos limites externos da metrópole” (SOJA 2015, p.376, destaque nosso). O problema é essa expansão, apesar de estar no espaço inter-metropolitano inclui cidades sem fim, mega-cidade-regiões, megaregiões, regiões megalopolitanas, constelações e galáxias regionais e muito mais.

Quinhentas megacidades-regiões com mais de um milhão de habitantes (um quinto delas na China) estão no topo dessa rede mundial de urbanização regional, coordenando todas as atividades planetárias. Não apenas houve uma globalização do urbano, dando origem às cidades mais heterogêneas do ponto de vista cultural e econômico que o mundo já conheceu (um importante foco de pesquisa por si só), mas também ocorreu uma urbanização do mundo, o que alguns estão chamando de urbanização planetária, exigindo reconhecimento, atenção e mais pesquisas a partir de uma perspectiva declaradamente regional (SOJA 2015, p. 377).

Essa é uma forma de uma nova urbanização regional que vai além, ao nosso ver, do escopo e da perspectiva dos “campos urbanos” o que se aplica também a um regionalismo multi-esalar cuja expansão é supranacional (SOJA 2015, p. 377).

Se todas essas formas de urbanização parecem ultrapassar a da metrópole (em sua regionalização) em extensão territorial, escopo de atuação e articulação político-econômica, ao mesmo não parecem que a “superam” porque os mecanismos (estendidos) de sua produção e reprodução continuam sendo aqueles de espaços abstratos cuja fragmentação apenas fica reforçado por estas formas de urbanização regional.

Ao voltar para as duas perspectivas anteriormente discutidas, pode-se afirmar que

experiência histórica mostra que as expectativas dos autores não se cumpriram: as forças da urbanização, como Friedmann e Miller (1965) imaginavam, não conseguiram alterar a forma de urbanização de regiões inter-metropolitanas. Nem transcender as relações de dominação ou contribuir visivelmente a formar algum padrão rico da vida social e cultural nos ambientes locais de campos urbanos que seria capaz de satisfazer aspirações da maioria dos moradores nas periferias – com exceção de formas específicas em áreas periféricas como os autores imaginaram no seu texto.

E também, nem sucedeu uma luta por uma “urbanização regional extensiva” fora das metrópoles que conseguisse frear o avanço da urbanização metropolitana e enfraquecesse centralidades econômicas, especialmente do capital imobiliário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.P., MONTE-MÓR, R.L., AMARAL, P.V.M. Implosão e explosão na exópoli: evidências a partir do mercado imobiliário da RMB. *Nova Economia*, B.H., v. 27, nº 2, p 323-3590, 2017

BERRY, Brian J. L. - “The counterurbanization process: urban America since 1970” in BERRY, Brian J. L. (org.) - *Urbanization and counterurbanization*, Sage, Beverly Hills, 1976, pp. 17-30

CHAMPION, Tony Urbanization, Suburbanization, Counterurbanization and Reurbanization In: Paddison, Ronan (ed.) *Handbook of Urban Studies*. London et ali: Sage Publications 2001, p. 143-162

BLOCH, R. *City-regions, urban fields and urban frontiers. Friedmann’s legacy*. In: RANGAN, H., KAM NG, PORTER, L., CHASE, J. *Insurgencies and revolutions: Reflections on John Friedmann’s contribution to planning theory and practice*. Taylor and Francis 2016

FIRKOWSKI, Olga, BALISKI, P. Os sentidos da metrópole: balanço conceitual com base nas publicações dos Cadernos Metrópole. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 20, n. 43, pp. 625-647, set/dez 2018 <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4301>

FRIEDMANN, J., MILLER, J. (1965) The urban field, *Journal of the American Institute of Planners*, 31:4, 1965, p. 312-320, DOI: 10.1080/01944366508978185, acesso em 02.01. 2021

KRAKOVER, S. Toward an Understanding of the Urban Field Concept - a Review. *Geography Research Forum* . January 1980 <https://www.researchgate.net/publication/256093894> acesso em 04.06.2024

LANGENBRUCH, J. R. O FENÔMENO DA CONTRA-URBANIZAÇÃO E SEU ESTUDO *GEOGRAFIA*, Rio Claro, Vol. 24(1): 27-84, abril 1999.

LEFEBVRE, H. La notion de totalité dans les sciences sociales. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, NOUVELLE SÉRIE, Vol. 18 (Janvier-Juin 1955), p. 55-77

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

LEFEBVRE, H. *The Urban Revolution*. University of Minnesota Press. Edição do Kindle 1988

LENCIONI, Sandra. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017

LIMONAD, ESTER *Nunca fomos tão metropolitanos!* Considerações teórico-metodológicas sobre as tendências recentes da urbanização brasileira. https://www.researchgate.net/publication/303895984_Nunca_fomos_tao_metropolitanos_Consideracoes_teorico_metodologicas_sobre_as_tendencias_recentes_da_urbanizacao_brasileira. Acesso em 04.06.2024

MONTE-MOR, R.L.M. O que é o urbano no mundo contemporâneo. *Revista Paranaense de desenvolvimento*, Curitiba, n.111, , jul./dez. 2006, p.09-18

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. in SANTOS, M., SOUZA, M.A.S. e SILVEIRA, M.L. (org.) *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1994.

RANDOLPH, R. Avanços da metropolização e formação de novas fronteiras: investigações sobre trajetórias da urbanização em torno das metrópoles. *Scripta Nova (Barcelona)*, v. XVI, p. 43-58, 2012

RANDOLPH, R., SOUTHERN, B.C. (Orgs.) *Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015

RANDOLPH, R. Espaço de vida, espaço econômico e as contradições no desenvolvimento regional. *Novos Cadernos NAEA*, v. 21, n. 2, maio-ago 2018, p. 57-77

RANDOLPH, R. Expansão, implosão e explosão nas fronteiras das metrópoles. Em busca de características particulares da sociedade urbana. In: MAIA, D.S., RODRIGUES, A.M., RIBEIRO DA SILVA, W. (Orgs) *Expansão urbana: despossessão, conflitos, diversidade na produção e consumo do espaço*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020, p. 15-63

REHMAT, Nabiha What are the functional differences between metropolitan and non-metropolitan counties?
Answered at <https://www.quora.com/What-are-the-functional-differences-between-metropolitan-and-non-metropolitan-counties> Acesso em 18.05.2024

RIBEIRO, L. C. Q.; SILVA, E. T. e RODRIGUES, J. M. (2011). Metrópoles brasileiras: diversificação, concentração e dispersão. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 120, pp. 171-201

SOJA, E. Accentuate the regional. *International Journal of Urban and Regional*

Research, Volume 39, Issue 2, 2015 <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12176>

WEBER,. Max *The City* Glencoe, Illinois: The Free Press, 1958